



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.847

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma do disposto no Parágrafo Único do Art. 46 do Regimento Interno,

Considerando a competência desta Corte de Contas, consoante dispõe o artigo 23, III, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994,

Considerando que referida lei determina em seu artigo 30 que as Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público devem encaminhar a este Tribunal até 30 (trinta) dias após encerrado o trimestre Balancetes Trimestrais e até o dia 31 de março do ano subsequente o Balanço Geral,

Considerando que o não cumprimento dos prazos legais obriga esta Corte a tomá-las, na forma do artigo 45 da Lei Complementar Estadual nº 25/94 e do artigo 96 do Regimento Interno,

Considerando que embora encerrados os prazos legais para a apresentação dos balancetes trimestrais e do Balanço Geral referentes ao exercício financeiro de 1998, inúmeros administradores ainda não encaminharam a este Tribunal as prestações de contas a que estão obrigados,

Considerando proposição apresentada pelo Conselheiro Presidente na sessão desta data, aprovada por votação unânime, nos termos da ata da sessão,

R E S O L V E:

I - Determinar a instauração de Tomada de Contas nos órgãos municipais que se encontram em débito com os balancetes trimestrais e/ou com o Balanço Geral, referentes ao exercício financeiro de 1998;

II - Autorizar a Presidência do Tribunal a constituir comissões de Tomadas de Contas, na forma do disposto nos artigos 96 e 97 do Regimento Interno, que serão realizadas de acordo com programação aprovada pelo Presidente.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 08 de abril de 1999.


Conselheiro Ronaldo Passarinho

Presidente




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

JUSTIFICATIVA

No momento em que faço esta proposição, gostaria de manifestando a minha preocupação, contar com a colaboração dos meus pares, Conselheiros e também Procuradores, Auditores, Técnicos e Assessores, no sentido de que apresentem sugestões, propondo medidas objetivas que possam ser adotadas por este Tribunal, no sentido de pelo menos diminuir o alto índice de inadimplência das entidades públicas municipais com o dever de prestar contas.

Este é um fato concreto que vem se repetindo todos os anos, mas que precisamos coibir com decisões firmes e urgentes, independente das sanções que já estão instituídas na Lei Orgânica e Regimento deste Tribunal, como as Tomadas de Contas, por exemplo.

É a colaboração que peço e espero receber para o crescente fortalecimento desta Corte de Contas.


Conselheiro RONALDO PASSARINHO
Presidente